



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PARECER Nº 281/24

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em reunião plenária realizada hoje, aprovou por unanimidade o parecer do relator Deputado Alan Queiroz, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 303/2023 de autoria do Deputado Delegado Camargo. Dispõe sobre a sustação total da Resolução nº 0280/2023/PM-ASSELEGIS, que “Aprova o Regulamento de Adequação da Escala de Serviço que estabelece o fluxograma de procedimentos de redução de carga horária de Policial Militar responsável por pessoa com deficiência, à luz da Lei 5.344, de 12 de maio de 2022, e dá outras providências”.

Estiveram presente e votaram os Senhores Deputados: Deputado Ismael Crispin Deputado Delegado Camargo, Deputado Alan Queiroz, Deputado Luizinho Goebel e a Deputada Dra. Taissa.

Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2024.

Deputado Luizinho Goebel
Presidente em Exercício/CCJR

Deputado Alan Queiroz
Relator



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - CCJR

Propositura: Projeto de Decreto Legislativo 303/2023

Autor: Deputado Delegado Camargo

Ementa: Dispõe sobre a sustação total da Resolução nº 0280/2023/PM-ASSELEGIS, que "Aprova o Regulamento de Adequação da Escala de Serviço que estabelece o fluxograma de procedimentos de redução de carga horária de Policial Militar responsável por pessoa com deficiência, à luz da Lei 5.344, de 12 de maio de 2022, e dá outras providências.

Parecer: Deputado Alan Queiroz - PODEMOS

RELATÓRIO

Preliminares:

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Dep. Delegado Camargo, que Dispõe sobre a sustação total da Resolução nº 0280/2023/PM-ASSELEGIS, que "Aprova o Regulamento de Adequação da Escala de Serviço que estabelece o fluxograma de procedimentos de redução de carga horária de Policial Militar responsável por pessoa com deficiência, à luz da Lei 5.344, de 12 de maio de 2022, e dá outras providências e sobre o qual essa Comissão de Constituição e Justiça e Redação nos termos do art.29 §1º I e III do Regimento Interno desta Casa de Leis emitirá parecer quanto ao mérito da propositura.

Informa o Autor em suas justificativas que o referido projeto de Decreto Legislativo sustar a Resolução nº 0280/2023/PM-ASSELEGIS no qual foi identificado pontos ambíguos que dão margem para interpretações



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

equivocadas, além de abranger matérias alheias a sua competência e finalidades, legislando sobre outras questões que não guardam relação com a aplicação da Lei Estadual 5.344 de 2022.

Após os trâmites de estilo foi encaminhado à essa Comissão de Constituição, Justiça e Redação e por fim coube a este relator à responsabilidade de emitir parecer.

É o relatório.

Da Análise

Em continuidade ao processo legislativo, uma vez decorrido o prazo regimental, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise de seus aspectos constitucionais, regimental e técnica legislativa, nos termos do disposto pelo artigo 31, §1º do já citado Regimento interno.

O presente Decreto encontra respaldo no Art. 29, inciso XIX da Constituição Estadual de Rondônia, onde aduz:

Art. 29. Compete privativamente à Assembleia Legislativa:

(...)

XIX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Desta forma, na hipótese de abuso de poder regulamentador por parte do Executivo e, em homenagem ao sistema de freios e contrapesos, é permitido a esta casa, baixar Decreto Legislativo suspendendo os efeitos do ato normativo infralegal.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Constata-se que a medida é de natureza legislativa e de iniciativa privativa e, em obediência a Constituição Estadual, sendo ainda de acordo com o artigo 146, inciso II e 171, VI do Regimento Interno, estando, dessa forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Visto o relato, passo agora à análise e arguições que me competem, na forma regimental que especifica, elencado no art. 29, §1º e III do Regimento Interno.

O Voto:

Com base na análise dos dispositivos contidos no projeto, considerando a justificativa apresentada pelo autor, após análise técnica e constitucional, verifico que o Projeto de Decreto Legislativo padece de legalidade, tendo em vista as atribuições competentes a Assembleia Legislativa nos termos do Art. 29, inciso XIX da Constituição Estadual de Rondônia

Após apreciação, em face do exposto, opina-se, salvo melhor juízo, pela qual voto **FAVORÁVEL** a matéria do projeto de Decreto Legislativo 303/2023.

É como voto.

Plenário das Comissões, 17 de março de 2024.

Deputado **Alan Queiroz**
Relator